

ESMESC

**PROCESSO PÚBLICO DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA NO ÂMBITO
DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

EDITAL 036 /2022 -TJSC

INSTRUÇÕES GERAIS – LEITURA OBRIGATÓRIA

TIPO 4

BOA PROVA!

Florianópolis, 2023.

ESMESC

PROVA SELETIVA OBJETIVA – 1ª ETAPA

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) Com base no previsto pela Constituição Federal sobre o processo legislativo assinale a alternativa CORRETA:

a) no transcorrer do processo de conversão da medida provisória em lei é possível aos parlamentares a propositura de emendas, sendo vedadas emendas parlamentares que não tenham pertinência temática com o conteúdo da medida provisória.

b) Os decretos legislativos tem o quórum de maioria absoluta como regra de aprovação.

c) É possível iniciativa popular para propositura de decreto legislativo.

d) Conforme o previsto na Constituição Federal não existe casa iniciadora para matérias legislativas, sendo este o motivo pelo qual os projetos de lei de iniciativa do Presidente da República podem iniciar tanto na Câmara como Senado Federal.

e) O quórum para derrubada do veto é de maioria relativa e é apurado em sessão conjunta com a soma de deputados e senadores, conjuntamente, presentes.

2) Sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito, assinale a alternativa CORRETA:

a) As comissões parlamentares de inquérito não podem determinar a prisão de testemunhas e investigados, mas podem determinar a busca e apreensão de documentos e o sequestro de bens.

b) As Comissões Parlamentares de Inquérito podem determinar a escuta telefônica de investigados

c) A garantia assegurada a 1/3 dos membros da Câmara ou do Senado estende-se aos membros das assembleias legislativas estaduais por ser uma garantia das minorias, sendo modelo federal de criação e instauração das CPIs matéria a ser compulsoriamente observada pelas casas legislativas estaduais.

d) As decisões das Comissões parlamentares de Inquérito não são vinculadas ao princípio da colegialidade.

e) O relatório final da CPI deve ser encaminhado ao Ministério Público que fica vinculado ao decidido pela comissão para apresentar denúncia.

3) O princípio interpretativo da Constituição que considera “no caso de normas infraconstitucionais que admitem mais de uma interpretação, deve se dar preferência à interpretação que mais seja compatibilizada com o conteúdo constitucional” é chamado de:

a) Interpretação Conforme a Constituição

b) Efeito Integrador

c) Força Normativa da Constituição

d) Unidade da Constituição

e) Proporcionalidade

4) Em relação ao Supremo Tribunal Federal é CORRETO afirmar:

a) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar a reclamação para a preservação da competência e garantia da autoridade das decisões dos Tribunais Regionais Federais.

b) A escolha de ministros do STF deve observar a regra do quinto constitucional, pois existe a reserva de um quinto das vagas do Supremo para os membros da advocacia e do ministério público.

c) A indicação para o cargo de Ministro do STF é de livre escolha do Presidente da República, devendo ser observados os requisitos constitucionais (notável saber jurídico, reputação ilibada, idade de mais de 35 anos e menos de 70 e ser cidadão brasileiro nato).

d) A aprovação da indicação para o cargo de ministro do STF é feita pelo Congresso Nacional.

e) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar a a revisão criminal e a ação rescisória de julgados do Superior Tribunal de Justiça e dos Tribunais Regionais Federais.

5) Sobre a Ação Declaratória de Constitucionalidade, assinale a alternativa INCORRETA:

a) O *Amicus Curiae* pode atuar nos processos de Ação Declaratória de Constitucionalidade.

b) A petição inicial deve indicar a existência de controvérsia judicial ou doutrinária relevante sobre a aplicação da disposição objeto da ação declaratória de constitucionalidade.

c) Após proposta a Ação Declaratória não se admite a desistência da ação.

d) A medida cautelar na ação declaratória de constitucionalidade, consistente na determinação de que os juízes e os Tribunais suspendam o julgamento dos processos que envolvam a aplicação da lei ou do ato normativo objeto da ação até seu julgamento definitivo.

e) Somente lei ou ato normativo federal podem ser objeto de ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.

6) Sobre o processo de impeachment, assinale a alternativa CORRETA:

a) O processo de impeachment tem início com o protocolo de pedido ao congresso nacional para que seja julgado o Presidente da República.

b) O Presidente da República será afastado do cargo quando a Câmara dos Deputados aceitar o pedido de abertura de processo impeachment.

c) Pessoas físicas e pessoas jurídicas podem formular pedido de impeachment do Presidente da República.

d) O processo de impeachment está sujeito a controle jurisdicional que atua sob os aspectos formais e na observância do devido processo legal e ampla defesa sem ter competência para interferir no mérito do julgamento.

e) Não é cabível a prova testemunhal no processo de impeachment do Presidente da República.

7) Assinale a alternativa CORRETA:

a) As Clausulas Pétreas podem ser suprimidas quando realizada uma revisão constitucional

b) As emendas constitucionais só entram em vigor após a sanção do Presidente da República.

c) No processo de votação de emendas constitucionais a casa iniciadora será sempre a Câmara dos Deputados.

d) Durante a decretação da intervenção federal o congresso Nacional pode realizar a tramitação da proposta de emenda constitucional, mas não pode realizar a promulgação.

e) A matéria constante de proposta de emenda constitucional rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

8) Sobre o controle de constitucionalidade é INCORRETO afirmar:

a) A inconstitucionalidade material representa uma desconformidade do conteúdo da lei ou ato normativo com o conteúdo da Constituição.

b) A inconstitucionalidade por omissão significa o descumprimento do dever constitucional que provoca uma violação a Constituição.

c) O controle de constitucionalidade repressivo é aquele realizado antes da entrada em vigor da lei ou ato normativo.

d) O congresso nacional pode realizar controle de constitucionalidade repressivo por meio da sustação de atos normativos do poder executivo que exorbitam do poder regulamentar.

e) A inconstitucionalidade formal pode ocorrer quando houver um vício na observância das normas constitucionais referentes ao processo legislativo.

9) Assinale a alternativa CORRETA:

a) A ação afirmativa, política pública para promoção da igualdade, não é prevista e aceita no direito brasileiro.

b) A ação afirmativa, para ser considerada constitucional, deve ser temporária.

c) Estados Membros e municípios não podem criar políticas de ação afirmativa, pois essa é uma competência legislativa exclusiva da União.

d) A política de ação afirmativa representa uma forma de efetivação da igualdade formal.

e) Em razão do princípio da proibição de retrocesso após adotada uma política de ação afirmativa não pode ocorrer a revogação ou extinção.

10) Assinale a alternativa CORRETA:

a) Os tratados internacionais de direitos humanos podem ser incorporados no ordenamento jurídico brasileiro apenas com status de emenda constitucional.

b) Os tratados internacionais de direitos humanos podem ser incorporados no ordenamento jurídico brasileiro apenas por meio de proposta emenda constitucional.

ESMESC

c) Os tratados internacionais de direitos humanos podem ser incorporados no ordenamento jurídico brasileiro com status de emenda constitucional ou supralegal, cabendo ao Presidente da República indicar a forma em que será incorporado.

d) Os tratados internacionais de direitos humanos podem ser incorporados no ordenamento jurídico brasileiro com status de emenda constitucional ou supralegal, cabendo ao Presidente do congresso Nacional indicar a forma em que será incorporado.

e) Os tratados internacionais de direitos humanos podem ser incorporados no ordenamento jurídico brasileiro com status de emenda constitucional ou supralegal, cabendo ao Supremo Tribunal Federal a decisão final sobre o modelo que será adotado.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. O Direito Administrativo é o ramo do Direito Público que disciplina a função administrativa, além das pessoas e órgãos que a exercem. Sobre o regime jurídico administrativo, é CORRETO afirmar:

a) O princípio da supremacia do interesse público sobre o privado impõe limitações ao exercício da função pública, vedando que o administrador disponha do interesse público.

b) Doutrinariamente o princípio da legalidade pode ser dividido em supremacia da lei e reserva legal; aquele consistindo no permissivo que atos administrativos sejam praticados somente quando houver autorização legal, e este impondo que tais atos não contrariem a lei.

c) O princípio da publicidade autoriza a publicação, inclusive em sítio eletrônico mantido pela Administração Pública, dos nomes dos seus servidores e do valor dos correspondentes vencimentos e vantagens pecuniárias.

d) O princípio da contraditória é aplicável aos procedimentos administrativos, o que impõe a exigência de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar.

e) Em decorrência do princípio da isonomia é vedada em quaisquer hipóteses a limitação de idade para inscrição em concurso público, tendo em vista que culmina em tratamento desigual entre concorrentes.

2. Assinale a alternativa INCORRETA sobre parceria público-privada:

a) Considera-se concessão patrocinada a concessão de serviços públicos ou de obras públicas quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

b) É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada, dentre outras hipóteses, cujo valor do contrato seja inferior a R\$ 10.000.000,00.

c) A contratação de parceria público-privada será precedida de licitação na modalidade concorrência ou diálogo competitivo.

d) As cláusulas dos contratos de parceria público-privada deverão vedar o compartilhamento com a Administração Pública de ganhos econômicos efetivos do parceiro privado decorrentes da redução do risco de crédito dos financiamentos utilizados pelo parceiro privado.

e) Na concessão patrocinada, a contraprestação da Administração Pública poderá ser feita por ordem bancária.

3. A organização administrativa consiste na estruturação de pessoas e entidades que irão desempenhar as funções administrativas. A esse respeito, assinale a alternativa CORRETA:

a) A Administração Direta pode se estruturar através do processo de descentralização criando órgãos públicos dotados de personalidade jurídica própria para exercício de funções e atividades administrativas especializadas.

b) Ocorre desconcentração administrativa quando uma pessoa política ou uma entidade ela administração indireta distribui competências no âmbito de sua própria estrutura a fim de tornar mais ágil e eficiente a prestação dos serviços, sem a criação de uma nova pessoa jurídica.

c) A descentralização poderá ser efetiva mediante outorga ou mediante delegação, esta última consistindo na transferência da titularidade e do exercício de determinado serviço público, enquanto aquela se limita unicamente na transferência da execução do serviço.

d) Autarquia consistente em entidade da Administração Pública Indireta, dotada de personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio e autonomia administrativa, criada por lei complementar para o exercício de atividade típica de Estado.

e) O regime jurídico aplicável às fundações públicas de direito privado coincide com aquele aplicável às autarquias, ao passo que o regime jurídico das fundações públicas de direito público é denominado misto.

4. Ato administrativo consiste na declaração de vontade do Estado ou de quem lhe faça as vezes, sob o regime de direito administrativo, que produz efeitos imediatos, sujeitos à lei e passível de controle pelo Poder Judiciário. Considerando a classificação de atos administrativos é CORRETO afirmar:

- a) Os atos administrativos individuais são aqueles que possuem destinatários determinados, produzindo diretamente efeitos concretos, constituindo ou declarando situações jurídicas subjetivas.
- b) Ato administrativo composto é o que necessita, para sua formação, da manifestação de vontade de dois ou mais diferentes órgãos ou autoridades.
- c) Os atos de império são praticados pela administração na qualidade de gestora de seus bens e serviços, sem exercício de supremacia sobre os particulares.
- d) Os atos de gestão são aqueles que a administração impõe coercitivamente aos administrados, criando para eles obrigações ou restrições, de forma unilateral e independentemente de sua anuência.
- e) Ato anulável é aquele que nasce com vício insanável, decorrente da ausência de um de seus elementos constitutivos, ou de defeito substancial em algum deles não passível de convalidação.

5. O poder de polícia consiste em prerrogativa que a Administração Pública dispõe para, na forma da lei, condicionar ou restringir o uso de bens, o exercício de direitos e a prática de atividades privadas, visando o interesse público. A esse respeito é INCORRETO afirmar:

- a) O exercício regular do poder de polícia é fato gerador da cobrança de taxa pelo ente político.
- b) De acordo com a teoria dos ciclos do poder de polícia, a ordem de polícia corresponde à legislação que estabelece os limites e condicionamentos ao exercício de atividades privadas e ao uso de bens.
- c) É constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.
- d) A autoexecutoriedade é atributo do poder de polícia e consiste na possibilidade que certos atos administrativos ensejam de imediata e direta execução pela própria Administração, independentemente de ordem judicial.
- e) O regular exercício do poder de polícia enseja indenização em benefício do particular, uma vez que limita e restringe o uso e o gozo da propriedade privada.

6. Considerando o regramento aplicável ao controle da Administração Pública, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O controle finalístico é aquele exercido pela administração direta sobre as pessoas jurídicas integrantes da administração indireta e resulta da descentralização administrativa.
- b) O controle de legalidade pode ser exercido pela própria Administração que praticou o ato, no exercício do poder de autotutela, ou pelo Poder Judiciário, no exercício de sua função jurisdicional, ou, ainda, pelo Poder Legislativo, nos casos previstos na Constituição.
- c) A Administração deve revogar seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e anulá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
- d) O controle judicial no processo administrativo disciplinar - PAD restringe-se ao exame da regularidade do procedimento e da legalidade do ato, à luz dos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, não sendo possível nenhuma incursão no mérito administrativo.
- e) O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

7. Servidão administrativa:

- a) É ônus real de uso imposto pela Administração à propriedade particular para assegurar a realização e conservação de obras e serviços públicos ou de utilidade pública, mediante indenização dos prejuízos efetivamente suportados pelo proprietário.
- b) Consiste na utilização coativa de bens ou serviços particulares pelo Poder Público por ato de execução imediata e direta da autoridade requisitante e indenização ulterior, para atendimento de necessidades coletivas urgentes e transitórias.
- c) Trata-se da utilização transitória, remunerada ou gratuita, de bens particulares pelo Poder Público, para a execução de obras, serviços ou atividades públicas ou de interesse público.
- d) É toda imposição geral, gratuita, unilateral e de ordem pública condicionadora do exercício de direitos ou de atividades particulares às exigências do bem-estar social.

e) Consiste na modalidade de intervenção na propriedade por meio da qual o Poder Público procura proteger o patrimônio cultural brasileiro.

8. O Estado responde civilmente pelos danos que seus agentes, no exercício de suas funções, causem a terceiros. Sobre a responsabilidade civil do Estado, é INCORRETO afirmar:

- a) A teor do disposto no art. 37, § 6º, da Constituição Federal, a ação por danos causados por agente público deve ser ajuizada contra o Estado ou a pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, sendo parte ilegítima para a ação o autor do ato, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- b) Nos termos do artigo 37, § 6º, da Constituição Federal, não se caracteriza a responsabilidade civil objetiva do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, quando não demonstrado o nexo causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada.
- c) Aplica-se igualmente ao Estado o que previsto no art. 927, parágrafo único, do Código Civil, relativo à responsabilidade civil objetiva por atividade naturalmente perigosa, irrelevante o fato de a conduta ser comissiva ou omissiva.
- d) **É subjetiva a responsabilidade civil do Estado em relação a profissional da imprensa ferido por agentes policiais durante cobertura jornalística, em manifestações em que haja tumulto ou conflitos entre policiais e manifestantes.**
- e) São imprescritíveis as ações indenizatórias por danos morais e materiais decorrentes de atos de perseguição política com violação de direitos fundamentais ocorridos durante o regime militar.

9. De acordo com a nova Lei de Licitações, são critérios de julgamento da licitação:

- a) preço; leilão; e melhor técnica ou conteúdo artístico.
- b) diálogo competitivo; maior desconto; e maior retorno econômico.
- c) **maior retorno econômico; maior lance ou oferta; menor preço.**
- d) concorrência; tomada de preço; convite.
- e) menor preço; leilão; concorrência.

10. Considerando os aspectos processuais que permeiam a Lei de Improbidade Administrativa, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Possui legitimidade ativa para propositura da ação de improbidade administrativa o Ministério Público e a pessoa jurídica lesada.
- b) É possível o enquadramento de um mesmo ato de improbidade administrativa em mais de um tipo dentre aqueles previsto nos artigos 9º, 10 e 11 da Lei de Improbidade Administrativa, podendo o juiz condenar o réu por tipo diverso daquele definido na petição inicial.
- c) **Na ação por improbidade administrativa poderá ser formulado, em caráter antecedente ou incidente, pedido de indisponibilidade de bens dos réus, a fim de garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito.**
- d) É vedada a decretação de indisponibilidade do bem de família do réu, ainda se comprovado que o imóvel seja fruto de vantagem patrimonial indevida.
- e) São incabíveis medidas executivas atípicas de cunho não patrimonial no cumprimento de sentença proferida em ação de improbidade administrativa.

DIREITO CIVIL

01. De acordo com as regras do contrato estimatório previstas no Código Civil, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O consignante pode dispor da coisa antes de lhe ser restituída ou de lhe ser comunicada a restituição.
- b) O consignatário se exonera da obrigação de pagar o preço, se a restituição da coisa, em sua integridade, se tornar impossível por fato a ele não imputável.
- c) **A coisa consignada não pode ser objeto de penhora ou sequestro pelos credores do consignatário, enquanto não pago integralmente o preço.**

- d) O consignante, que entrega bens imóveis ao consignatário, fica autorizado a vendê-los, pagando àquele o preço ajustado, salvo se preferir, no prazo estabelecido, restituir-lhe a coisa consignada.
- e) O consignante não pode dispor da coisa antes de lhe ser restituída ou de lhe ser comunicada a restituição, salvo caso fortuito ou força maior.

02.Sobre o contrato de doação e sua revogação, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A doação pode ser revogada apenas no caso de ingratidão do donatário.
- b) É possível que se renuncie antecipadamente o direito de revogar a liberalidade por ingratidão do donatário.
- c) No caso de homicídio doloso do doador, a ação caberá aos seus herdeiros, ainda se aquele houver perdoado.
- d) A revogação por ingratidão não prejudica os direitos adquiridos por terceiros, nem obriga o donatário a restituir os frutos percebidos antes da citação válida; mas sujeita-o a pagar os posteriores, e, quando não possa restituir em espécie as coisas doadas, a indenizá-la pelo meio termo do seu valor.
- e) Podem ser revogadas por ingratidão as que se fizerem em cumprimento de obrigação natural.

03.Comodato é o empréstimo gratuito de coisas não fungíveis, que se perfaz com a tradição do objeto. Sobre o tema, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Os tutores, curadores e em geral todos os administradores de bens alheios poderão dar em comodato, ainda que sem autorização especial, os bens confiados à sua guarda.
- b) O comodatário não poderá jamais recobrar do comodante as despesas feitas com o uso e gozo da coisa emprestada.
- c) Se duas ou mais pessoas forem simultaneamente comodatárias de uma coisa, cada uma ficará responsável por 50% (cinquenta por cento) do valor para com o comodante.
- d) Se o comodato tiver prazo convencional, presumir-se-lhe-á o necessário para o uso concedido; não podendo o comodante, salvo necessidade imprevista e urgente, reconhecida pelo juiz, suspender o uso e gozo da coisa emprestada, antes de findo o prazo convencional, ou o que se determine pelo uso outorgado.
- e) Se, correndo risco o objeto do comodato juntamente com outros do comodatário, antepuser este a salvação dos seus abandonando o do comodante, responderá pelo dano ocorrido, salvo que se possa atribuir a caso fortuito, ou força maior.

04.Na sucessão legítima, estão legitimados a suceder:

- a) Os já nascidos, os concebidos e a prole eventual de pessoas já existentes.
- b) As pessoas nascidas ou já concebidas no momento da abertura da sucessão.
- c) Apenas as pessoas já nascidas com vida ao tempo da abertura da sucessão.
- d) As pessoas físicas e jurídicas existentes ao tempo da abertura da sucessão.
- e) A prole eventual de pessoas já existentes, mesmo sem previsão testamentária.

05.Wolfgang Strauss é alemão, viúvo, tem 70 anos de idade e dois filhos, maiores e capazes, todos os três residentes no Brasil. No mês de março de 2023 realizou um testamento particular, escrito em alemão e lido perante três testemunhas que compreendem a língua e o subscreveram, deixando a integralidade de seus bens para um sobrinho, a quem tem muito apreço. É CORRETO afirmar:

- a) O testamento é válido e, morto o testador, publicar-se-á em juízo o testamento, com citação dos herdeiros testamentários, a fim de dar cumprimento às disposições de última vontade do *de cuius*.
- b) O testamento realizado é nulo, porque deve ser escrito em língua nacional.
- c) O testamento é nulo de pleno de direito, por desrespeito à legítima dos herdeiros necessários.
- d) O testamento é válido e, em se verificando excederem as disposições testamentárias a porção disponível, será proporcionalmente reduzida a quota do sobrinho, até onde baste, e, não bastando, também os legados, na proporção do seu valor.

- e) O testamento é anulável, por desrespeito à legítima dos herdeiros necessários.

06.Sobre direito sucessório, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Legado é o mesmo que herança.
b) **É possível reconhecer filho havido fora do casamento em testamento.**
c) Havendo herdeiro necessário, o testador só poderá dispor de $\frac{3}{4}$ da herança.
d) Se o herdeiro maior prejudicar os seus credores, renunciando a herança, poderão eles aceitá-la em nome do renunciante, desde que para tanto concorde o Ministério Público.
e) Dentre as causas legais que autorizam alguém a ser excluído da sucessão, encontramos o fato de o herdeiro ou legatário ter abandonado afetivamente a pessoa a quem suceder.

07.Pedro é casado desde 2010 com Joana. Quando a conheceu, Joana era mãe de João que tinha três meses de idade. Pedro, durante o namoro foi afeiçoando-se ao menino, razão pela qual, após o casamento com Joana, veio a assumir voluntariamente a paternidade de João. Agora, Pedro e Joana estão em processo de divórcio. De acordo com o Código Civil, é CORRETO afirmar:

- a) Pedro poderá impugnar a paternidade nos quatro anos que se seguirem à maioridade de João.
b) **João poderá impugnar a paternidade nos quatro anos que se seguirem à sua maioridade, ou à emancipação.**
c) Pedro poderá afastar a paternidade por meio de testamento.
d) Joana poderá impugnar a paternidade de Pedro a qualquer tempo.
e) João não poderá impugnar a paternidade em hipótese alguma.

08.Assinale a alternativa CORRETA:

- a) **Conforme entendimento do STJ, é faculdade dos cônjuges optar pela separação ou pelo divórcio.**
b) O divórcio pode ser concedido apenas com a prévia partilha de bens, em conformidade com o entendimento do STJ.
c) A perfilhação apenas pode ser realizada com o nascimento do filho ou, ser posterior ao seu falecimento, se ele deixar descendentes.
d) No regime de comunhão parcial, o bem adquirido pela mulher com o produto auferido mediante a alienação do patrimônio herdado de seu pai se inclui na comunhão.
e) De acordo com o STJ, com a separação de fato há o fim do dever de convivência e fidelidade, mas permanece a comunicação patrimonial dos bens adquiridos após esse fato.

09.Assinale a alternativa CORRETA:

- a) O pródigo, ainda que realize seu testamento dentro dos limites legais, não pode organizar sua sucessão pela forma testamentária.
b) Pelo princípio da conservação do negócio jurídico, uma disposição testamentária não poderá ser aproveitada como codicilo.
c) O direito real de habitação é direito temporário, de caráter assistencial e, por isso, aos herdeiros é autorizado exigir a extinção do condomínio e a alienação do bem imóvel após 10 (dez) anos.
d) **Apenas os sobrinhos, filhos do irmão pré-falecido, têm direito de representação, a eles se restringindo tal direito. Seus sobrinhos-netos não poderão herdar, e a herança será deferida por inteiro aos sobrinhos sobreviventes.**
e) O prazo para a ação de petição de herança é de três anos, a contar da abertura da sucessão.

10.Sobre o direito obrigacional, assinale a alternativa CORRETA:

- a) **Nas obrigações solidárias, o devedor que cumpre a obrigação integral tem o direito regressivo de cobrar dos demais devedores a respectiva quota.**

ESMESC

- b) A solidariedade termina quando a obrigação se converte em perdas e danos, ocasião em que se faz o rateio entre as partes.
- c) O credor, em caso de obrigações por coisa certa, na impossibilidade de cumprimento do acordado, poderá ser compelido a receber outra coisa desde que mais valiosa que a inicialmente pactuada.
- d) Ao credor é lícito exigir o pagamento antecipado apenas no caso de falência do devedor ou concurso de credores.
- e) O STJ permite a aplicação da teoria do adimplemento substancial em casos que envolvem o pagamento da pensão alimentícia.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1) Dois dias antes do esgotamento do prazo prescricional, Fulano propõe uma ação pelo procedimento comum. Fulano requereu a justiça gratuita, a qual foi indeferida pelo juízo mesmo após a emenda da inicial. Foi determinado o recolhimento das custas iniciais. Fulano não recolhe as custas e deixa transcorrer todos os prazos *in albis*. Considerando o enunciado apresentado, assinale a alternativa CORRETA:

- a) como a distribuição foi cancelada e o requerido não foi citado, o prazo prescricional não foi interrompido.
- b) apesar de a distribuição ser cancelada, e o requerido não ter sido citado, o ajuizamento da ação fez interromper o prazo prescricional.
- c) o magistrado deverá proferir sentença sem resolução do mérito e, mesmo sem a citação do requerido, o prazo prescricional foi interrompido.
- d) o magistrado deverá proferir sentença sem resolução do mérito e, como não houve a citação do requerido, o prazo prescricional não foi interrompido.
- e) o magistrado deverá proferir sentença de mérito, contrária ao interesse de Fulano.

2) São princípios que, segundo a lei processual, regem a conciliação e a mediação:

- a) independência, imparcialidade, autonomia da vontade, confidencialidade, oralidade, informalidade e decisão informada.
- b) independência, ampla defesa, autonomia da vontade, confidencialidade, oralidade, informalidade e decisão informada.
- c) independência, imparcialidade, autonomia da vontade, retroatividade, oralidade, informalidade e decisão informada.
- d) vinculação ao órgão julgador, imparcialidade, autonomia da vontade, confidencialidade, oralidade, informalidade e função social.
- e) independência, imparcialidade, autonomia da vontade, publicidade, oralidade, informalidade e decisão informada.

3) Em uma execução de título extrajudicial no valor de R\$15.000,00 (quinze mil reais), o exequente indica à penhora um imóvel de propriedade do executado, avaliado em R\$1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais). Considerando o enunciado apresentado, assinale a alternativa CORRETA:

- a) o magistrado deverá deferir a penhora, e a troca do bem por outro menos oneroso será ônus do executado, que terá 10 (dez) dias para requerê-lo, desde que comprove que a troca lhe será menos onerosa e não trará prejuízo ao exequente.
- b) o magistrado deverá indeferir o pedido de penhora, determinando ao exequente que comprove ter esgotado a busca por outros bens, menos onerosos e mais eficazes.
- c) caso o magistrado defira a penhora, o executado poderá requerer o seu levantamento, sob a alegação de que, em razão do alto valor do bem em relação ao valor da dívida, ela lhe traz prejuízo excessivo.
- d) caso o magistrado defira a penhora, o executado poderá requerer a troca do bem por não obedecer a ordem legal de preferência, que tem caráter absoluto.
- e) o magistrado deverá indeferir sob o argumento de que se trata de excesso de penhora.

4) Fulano dirige-se à cabanha FreeBoy e celebra um contrato de compra de bovinos, com a assinatura dos contratantes e de duas testemunhas. No contrato está descrito que o objeto da compra e venda constitui “dez cabeças de gado, machos Angus adultos, cuja escolha caberá ao credor”. A FreeBoy é uma cabanha com

ESMESC

criação certificada das raças Nelore e Angus, e possui em seu rebanho exemplares premiados e não premiados, todos à venda. Considerando o enunciado apresentado, assinale a alternativa CORRETA:

- a) embora seja título executivo, o contrato não poderá ser levado a execução por ausência de liquidez e exigibilidade da obrigação.
- b) embora seja título executivo, o contrato não poderá ser levado a execução por ausência de certeza, liquidez e exigibilidade da obrigação.
- c) embora seja título executivo, o contrato não poderá ser levado a execução por se tratar de obrigação de entregar coisa incerta.
- d) embora seja título executivo, o contrato não poderá ser levado a execução pois a concentração ou escolha deve ser feita em ação de conhecimento.
- e) esse contrato poderá ser objeto de execução direta, cabendo ao exequente individualizar os exemplares na petição inicial.

5) Sobre a execução de alimentos, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Quando o executado for funcionário público, militar, diretor ou gerente de empresa ou empregado sujeito à legislação do trabalho, o exequente poderá requerer o desconto em folha de pagamento das importâncias vencidas e vincendas, desde que não ultrapasse cinquenta por cento dos seus ganhos líquidos.
- b) Quando o executado for funcionário público, militar, diretor ou gerente de empresa ou empregado sujeito à legislação do trabalho, o exequente poderá requerer o desconto em folha de pagamento das importâncias vencidas e vincendas, desde que não ultrapasse trinta por cento dos seus ganhos líquidos.
- c) Quando o executado for funcionário público, militar, diretor ou gerente de empresa ou empregado sujeito à legislação do trabalho, o exequente poderá requerer o desconto em folha de pagamento das importâncias vencidas e vincendas, desde que não ultrapasse cinquenta por cento dos seus ganhos brutos.
- d) Quando o executado for funcionário público, militar, diretor ou gerente de empresa ou empregado sujeito à legislação do trabalho, o exequente poderá requerer o desconto em folha de pagamento das importâncias vencidas e vincendas, desde que não ultrapasse trinta por cento dos seus ganhos brutos.
- e) Quando o executado for funcionário público, militar, diretor ou gerente de empresa ou empregado sujeito à legislação do trabalho, o exequente poderá requerer o desconto em folha de pagamento, exclusivamente das parcelas vincendas, até o limite de 30% (trinta por cento) dos seus ganhos líquidos.

6) Fulano é locatário de um imóvel comercial urbano, e a relação é regida pela Lei do Inquilinato (Lei nº. 8.245/91). O primeiro contrato de locação foi celebrado por escrito e pelo prazo de 30 (trinta) meses. Após o encerramento do prazo, as partes celebraram novo contrato escrito, nos mesmos termos do anterior, pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses. Inicialmente, Fulano instalou no imóvel uma loja de venda de calçados. Mas, após 7 (sete) meses de vigência do segundo contrato, alterou a atividade empresarial e fechou a loja de calçados, instalando uma sorveteria no imóvel, a qual funciona até os dias de hoje. Faltam 8 (oito) meses para o encerramento do prazo do segundo contrato de locação. Fulano deseja permanecer no imóvel com a sua sorveteria após o encerramento do prazo do segundo contrato. Considerando o enunciado apresentado, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Fulano não preenche os requisitos legais para uma ação renovatória da locação.
- b) Fulano preenche os requisitos legais para uma ação renovatória da locação, que é a medida processual adequada ao caso.
- c) Fulano deverá propor uma ação de adjudicação compulsória de imóvel, utilizando, para isso, a norma geral do CPC.
- d) Fulano preenche os requisitos para uma ação revisional da locação, que é a medida processual adequada ao caso.
- e) Para se manter no imóvel, Fulano deverá realizar benfeitorias e, judicialmente, pedir a indenização e, em caráter cautelar, o direito de retenção do imóvel.

7) Fulano e Beltrano, casados, são comorientes. Como herdeiro necessário de ambos, se tem apenas o filho do casal, que conta com 12 (doze) anos de idade. Considerando o enunciado apresentado, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Será possível cumular os inventários de Fulano e Beltrano em um mesmo processo, que tramitará sob o rito do arrolamento com pedido de adjudicação.
- b) Será possível cumular os inventários de Fulano e Beltrano em um mesmo processo, mas não será admitido o rito do arrolamento com pedido de adjudicação por se tratar de herdeiro absolutamente incapaz.

ESMESC

- c) Os inventários de Fulano e Beltrano deverão ocorrer no mesmo processo, mas em autos apartados.
- d) Os inventários de Fulano e Beltrano deverão ocorrer em processos distintos, mas perante o mesmo juízo em razão da existência de conexão.
- e) Os inventários poderão ser realizados extrajudicialmente, em cartório, por se tratar de herdeiro único.

8) Sobre os recursos especial e extraordinário, assinale a alternativa CORRETA:

- a) **Se o Supremo Tribunal Federal considerar como reflexa a ofensa à Constituição afirmada no recurso extraordinário, por pressupor a revisão da interpretação de lei federal ou de tratado, remetê-lo-á ao Superior Tribunal de Justiça para julgamento como recurso especial.**
- b) Admitido o recurso extraordinário ou o recurso especial por um fundamento, não poderá o tribunal superior conhecer dos demais fundamentos para a solução do capítulo impugnado.
- c) Da decisão monocrática que nega a admissibilidade do recurso especial ou extraordinário caberá agravo interno.
- d) Caso o tribunal recorrido, ao analisar a admissibilidade do recurso extraordinário ou do recurso especial, verificar que o acórdão recorrido diverge do entendimento do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça exarado, conforme o caso, nos regimes de repercussão geral ou de recursos repetitivos, deverá admiti-lo e remeter os autos ao tribunal superior competente.
- e) Caberá ao órgão fracionário que, no tribunal recorrido, proferiu o acórdão impugnado por recurso especial ou extraordinário, selecionar o recurso como representativo da controvérsia.

9) No tribunal, é competência do relator do recurso:

- a) **apreciar o pedido de tutela provisória recursal.**
- b) negar monocraticamente provimento ao recurso que for contrário a jurisprudência do próprio tribunal.
- c) analisar a admissibilidade do recurso especial interposto contra o acórdão do órgão fracionário ao qual pertence.
- d) negar liminar e monocraticamente admissibilidade ao agravo de instrumento quando o recorrente não tiver juntado as peças obrigatórias.
- e) negar liminar e monocraticamente admissibilidade ao recurso quando o recorrente não tiver juntado o comprovante de pagamento do preparo.

10) Sobre os embargos de declaração, assinale a alternativa CORRETA:

- a) **é cabível para as hipóteses em que o magistrado, provocado a julgar de acordo com determinado precedente, não julga e também não faz a distinção e nem comprova a superação do entendimento.**
- b) é recurso não sujeito à apresentação de contrarrazões.
- c) é recurso que jamais poderá ter efeitos infringentes.
- d) possuem efeito suspensivo por força de lei.
- e) quando manifestamente protelatórios, poderá o embargante ser penalizado com multa por litigância de má-fé, a qual deve ser fixada em patamar superior a 1% e inferior a 10%.

DIREITO PENAL

1. Ao final do Processo Penal, o juiz verificou que incide o Princípio da Insignificância ao fato praticado pelo réu. Neste contexto, o juiz deverá:

- a) Prolatar sentença absolutória, tendo em vista tratar-se de fato típico, porém lícito.
- b) Prolatar sentença absolutória, tendo em vista tratar-se de fato típico e ilícito, porém sem culpabilidade.
- c) **Prolatar sentença absolutória, tendo em vista tratar-se de fato atípico.**
- d) Prolatar sentença condenatória, tendo em vista que referido princípio não afasta a responsabilidade penal.
- e) Prolatar sentença condenatória, mas com o consequente perdão judicial.

2. “A” encontra uma folha de cheque, falsifica a assinatura do titular da conta e efetua compra no comércio como se fosse o correntista. Neste caso, levando-se em conta orientação sumulada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), marque a alternativa CORRETA:

- a) Pelo princípio da alternatividade, “A” deverá responder pelos crimes de falsificação de documento e estelionato, pois são delitos que lesam bens jurídicos diferentes.

- b) Pelo princípio da consunção, “A” deverá responder apenas pelo crime de estelionato, pois o crime anterior (crime meio) ficará absorvido pelo crime fim, sem mais potencialidade lesiva.
- c) Pelo princípio da subsidiariedade, “A” deverá responder apenas pelo crime de estelionato, vez que o crime de falso ficará afastado pelo crime contra o patrimônio.
- d) Pelo princípio da consunção, “A” deverá responder apenas pelo crime de falsificação de documento, pois o crime posterior restará absorvido por ele.
- e) Pelo princípio da alternatividade, ficará a cargo do juiz a análise da extensão de responsabilização de “A”, podendo optar pelos dois crimes (que lesam bens jurídicos diversos) ou por apenas um deles.

3. Conforme o Direito Penal Brasileiro é CORRETO dizer que:

- a) A tipicidade é elemento integrante do fato típico, salvo quando se tratar de crimes formais ou de mera conduta.
- b) São excludentes legais de ilicitude: o estado de necessidade, a legítima defesa, o estrito cumprimento de dever legal, o exercício regular de direito e o consentimento do ofendido.
- c) **Integram o crime tentado: o início da execução e a não consumação do crime por circunstâncias alheias à vontade do agente.**
- d) O erro de proibição, uma vez reconhecido, afasta a tipicidade do fato.
- e) São elementos que integram o fato típico: a conduta humana, o resultado, o nexo causal e a ilicitude.

4.O Código Penal, em seu art. 19, prevê que pelo resultado que agrava especialmente a pena só responde o agente que o houver causado ao menos culposamente. Neste caso, verifica-se a existência de crime preterdoloso quando:

- a) Após a prática do crime sexual (estupro), o agente mata a vítima (homicídio) dolosamente.
- b) **Em razão da violência empregada para a prática do crime sexual (estupro), o agente mata a vítima (homicídio) culposamente.**
- c) Em razão da violência empregada para a prática do crime de roubo, o agente mata a vítima (homicídio) dolosamente.
- d) Após a prática do crime de lesão corporal culposa, a vítima morre em razão dos ferimentos sofridos.
- e) Em razão da violência empregada na prática do crime de lesão corporal em vítima gestante, o agente provoca aborto dolosamente.

5.Assinale a opção em que consta pena vedada constitucionalmente:

- a) Pena privativa de liberdade.
- b) Pena de multa.
- c) Pena restritiva de direitos.
- d) **Pena de banimento.**
- e) Penas de interdição temporária de direitos.

6.O crime de lesão corporal culposa praticado após o advento da lei 9.099/95 exige representação do ofendido, cujo prazo decadencial de:

- a) Seis meses, o qual começa a fluir a partir da data em que o crime foi praticado.
- b) Seis meses, o qual começa a fluir a partir da data em que o crime se consumou.
- c) **Seis meses, a partir do dia em que o ofendido toma conhecimento sobre quem é o autor da infração penal.**
- d) Um mês, o qual começa a fluir a partir da consumação da infração.
- e) Um mês, o qual começa a fluir a partir da data do fato.

7. Maria, em estado puerperal, manifesta a intenção de matar o próprio filho recém-nascido. Após receber a criança no seu quarto para amamentá-la, a criança é levada para o berçário. Durante a noite, Maria vai até o berçário, e, após ver a criança, promove a sua asfixia, causando-lhe a sua morte. Na manhã seguinte, é constatada a morte por asfixia de um recém-nascido, mas que não era o filho de Maria. Diante do caso concreto, assinale a alternativa que indica a eventual responsabilidade penal da mãe:

- a) Crime de homicídio, pois o erro acidental não isenta Maria de responsabilidade.
- b) Crime de homicídio, pois não se encontram presentes as elementares do crime previsto no art. 123 do Código Penal (que trata do crime de infanticídio), sobretudo, quanto a prática da ação sob influência do estado puerperal.
- c) **Crime de infanticídio, pois houve erro de tipo acidental quanto à pessoa.**

- d) Crime de infanticídio, pois houve erro de tipo essencial.
- e) No caso apresentado, Maria não praticou crime.

8. Em uma boate, João, segurança do local, sorrateiramente colocou entorpecente na bebida de Maria, o que a levou a perder os sentidos. Aproveitando-se da situação, João levou Maria até seu veículo, onde praticou sexo com ela, sem qualquer resistência, dada a condição da vítima. Neste caso, é correto dizer que João praticou o crime de:

- a) Estupro, em sua forma fundamental.
- b) Estupro de vulnerável.**
- c) Assédio sexual.
- d) Posse sexual mediante fraude.
- e) Importunação sexual.

9. A respeito dos crimes em espécie previstos em Legislação Especial, informe a assertiva INCORRETA:

- a) O crime de tortura (Lei 9.455/97) é delito essencialmente doloso e equiparado a crime hediondo.
- b) A Lei que define os crimes de tortura (Lei 9.455/97) prevê condutas comissivas e omissivas, ou seja, crimes de tortura podem ser praticados por ação ou por omissão.
- c) Conforme a Lei 12.850/13, considera-se organização criminosa a associação estável e permanente de 3 (três) ou mais pessoas para o fim de cometer crimes.**
- d) Conforme regramento previsto no CTB (Código de Trânsito Brasileiro), ao condutor de veículo, nos casos de acidente de trânsito de que resulte vítima, não se imporá a prisão em flagrante, nem se exigirá fiança, se prestar pronto e integral socorro àquela.
- e) A lei de Crimes ambientais (Lei n. 9.605/1998) prevê expressamente a possibilidade de responsabilização das pessoas jurídicas nos campos do direito administrativo, do direito civil e do direito penal.

10. No que se refere às disposições previstas na Lei 11.340/2006 (violência doméstica e familiar contra a mulher), informe a assertiva CORRETA:

- a) A Lei Maria da Penha é uma lei essencialmente material, na medida em que prevê um rol de tipos penais que criminaliza comportamentos que violam bens jurídicos diretamente relacionados às condições de gênero.
- b) Conforme a Lei 11.340/2006, a autoridade policial poderá decretar a prisão preventiva do agressor, desde que presentes os motivos autorizadores.
- c) É vedada a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cestas básicas ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de pena de multa.**
- d) Caberá ao Ministério Público, sem prejuízo de outras atribuições, intentar ação penal privada, nos casos de violência doméstica e familiar praticada contra a mulher pobre.
- e) O crime de Descumprimento de Medidas Protetivas de Urgência previsto no art. 24-A, da Lei Maria da Penha, comina pena de detenção que varia entre 3 (três) meses e 2 (dois) anos. Trata-se, portanto, de infração penal de menor potencial ofensivo, sujeito aos regramentos da Lei 9.099/95.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. Sobre acareação não é possível afirmar que:

- a) pode ocorrer na instrução criminal e no inquérito policial.
- b) é necessário que as pessoas acareadas não tenham prestado suas declarações.**
- c) pode ocorrer entre acusados.
- d) pode ocorrer entre testemunha e acusado.
- e) é um meio de prova.

2. Assinale a alternativa CORRETA.

- a) Compete à justiça federal processar e julgar crime praticado contra sociedade de economia mista.
- b) Compete à justiça estadual comum processar e julgar o crime de falsa anotação de carteira de trabalho e Previdência Social, atribuído a empresa privada.**
- c) Compete à justiça federal processar e julgar crime em que indígena figura como autor ou vítima.

- d) Compete à justiça estadual comum processar e julgar crime de falsificação de título de eleitor.
- e) Nenhuma das opções anteriores está correta.

3.Com relação aos casos de suspensão do processo, mediante proposta pelo Ministério Público e aceitação pelo acusado e seu defensor na presença do juiz, assinale a alternativa CORRETA.

- a)O juiz não receberá a denúncia e suspenderá o processo submetendo o acusado a período de prova sob as condições previstas em lei.
- b)Expirado o prazo sem revogação da suspensão, somente se o acusado requerer, a juiz poderá declarar a extinção da punibilidade.
- c) **Não corre prescrição durante o prazo de suspensão do processo.**
- d) A suspensão será revogada se, no curso do prazo, o beneficiário vier a ser processado por outro crime ou não efetuar, ainda que com motivo justificado, a reparação do dano.
- e) A suspensão não poderá ser revogada se o acusado vier a ser processado, no curso do prazo, por contravenção, ou descumprir qualquer outra condição imposta.

4.No juizado especial criminal, a sentença:

- I . poderá sujeitar o réu a pena restritiva de direitos.**
- II .não poderá substituir pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos.**
- III.não poderá aplicar a extinção da punibilidade em decorrência da prescrição.**
- IV. deverá absolver o acusado sempre que identificar incompetência material do juizado para a causa.**

Assinale a opção CORRETA.

- a)**Apenas o item I está certo.**
- b)Apenas o item II está certo.
- c)Apenas os itens I e IV estão certos.
- d)Apenas os itens II e III estão certos.
- e)Apenas os itens III e IV estão certos.

5. Analise os enunciados seguintes:

- I . tratando-se de recursos contra sentença absolutória, mesmo as nulidades absolutas não poderão ser reconhecidas *ex officio* quando em prejuízo da defesa.**
- II .as nulidades absolutas dizem respeito à violação a regras e princípios fundamentais do processo, previstos na Constituição Federal, configurando verdadeiro interesse público. Em função disso, não precluem e, como regra, não se submetem aos efeitos da coisa julgada;**
- III . é relativa a nulidade decorrente da inobservância da competência penal por prevenção;**

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) **Todos os enunciados são verdadeiros;**
- b) Somente o enunciado 1 é falso;
- c) Somente o enunciado 2 é falso;
- d) Somente o enunciado 3 é falso.
- e) Os enunciados 1 e 2 são falsos

6.Roberto cumpre pena privativa de liberdade em presídio situado na cidade de Florianópolis. Na comarca de Porto Alegre foi instaurada ação penal em seu desfavor por suposto cometimento de crime de roubo e realizada a sua citação por edital, eis que não foi encontrado nos endereços constantes dos autos e não havia informação de sua prisão. Nessa situação, é CORRETO afirmar que:

- a) a citação por edital é nula, porque cabe ao juízo diligenciar, por todos os meios e em todas as situações, para obter o correto endereço do réu;
- b) encontrando-se preso o réu, a sua requisição supre a citação pessoal;
- c) preso o réu durante o curso do prazo da intimação por edital da sentença condenatória, essa intimação permanece válida;
- d) a citação é válida porque cabe ao réu informar o juízo sobre o seu endereço atualizado;
- e) **a citação é válida, em razão de encontrar-se preso em outro Estado da Federação, nos termos de entendimento consolidado do STF.**

7. Sobre recursos em matéria criminal, considere as afirmações abaixo.

I. A interposição de Recurso em Sentido Estrito em face de decisão de pronúncia por apenas um réu aproveitará aos demais acusados, ainda que não tenham recorrido, sendo obrigatória a suspensão do feito em primeira instância até o julgamento pelo Tribunal de Justiça.

II. Da decisão que indefere o pedido de restituição de bens apreendidos no curso de inquérito policial, caberá a interposição de Recurso de Apelação.

III. Da decisão não unânime proferida por Tribunal de Justiça, favorável ao réu, caberá embargos infringentes, no prazo de 10 dias.

Quais estão CORRETAS?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas I e II.
- e) Apenas II e III.

8. É certo afirmar:

I. A possibilidade do magistrado em absolver sumariamente ao réu só se observa no procedimento sumário em razão da simplicidade dos delitos da sua competência.

II. Os crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, cujo processo e julgamento competirão aos juízes de direito, a queixa ou a denúncia será instruída com documentos ou justificação que façam presumir a existência do delito ou com declaração fundamentada da impossibilidade de apresentação de qualquer dessas provas.

III. No rito ordinário, aberta a instrução processual com a designação da necessária audiência, nela, primeiramente se ouvirá a vítima, quando possível, após as testemunhas de acusação e defesa e por último se interrogará o réu.

IV. Praticar, somente após a sentença que decretar a falência, conceder a recuperação judicial ou homologar a recuperação extrajudicial, ato fraudulento de que resulte ou possa resultar prejuízo aos credores, com o fim de obter ou assegurar vantagem indevida para si ou para outrem constitui-se em fraude a credores.

Analisando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Somente as proposições I e II estão corretas.
- b) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições II e III estão corretas.
- d) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- e) Nenhuma das proposições está correta.

9. Tulio foi denunciado pela prática do delito de furto simples, descrito pelo artigo 155, *caput*, do Código Penal, e, encerrada a instrução, após confissão e oitiva de testemunhas presenciais do fato, restou demonstrado que ele agiu em concurso com Arnaldo, que fugiu na posse dos bens subtraídos da vítima. Assim, por prova existente nos autos, comprovou-se circunstância qualificadora, descrita pelo § 4º, inciso IV, do precitado dispositivo legal, não descrita na denúncia, e, portanto, deve o Ministério Público, nos termos do artigo 384, *caput*, do Código de Processo Penal (*mutatio libelli*):

- a) aditar a denúncia, no prazo de 10 (dez) dias, reduzindo-se a termo o aditamento, quando feito oralmente.
- b) aditar a denúncia, no prazo de 5 (cinco) dias, reduzindo-se a termo o aditamento, quando feito oralmente.
- c) requerer o encaminhamento dos autos ao Procurador Geral de Justiça, nos termos do artigo 28 do Código de Processo Penal, porque precluso o momento para formação da *opinio delicti*.
- d) oferecer alegações finais, com pedido de condenação do réu, pela prática do delito descrito no artigo 155, § 4º, inciso IV, do Código Penal, diante da confissão espontânea do réu, corroborada pelos depoimentos testemunhais, ante o disposto no artigo 197 do Código de Processo Penal.
- e) requerer a conversão do julgamento em diligência, com vistas à localização de Diocleciano, para que seja indiciado, e, posteriormente, denunciado, diante do princípio da indivisibilidade da ação penal.

10. A respeito das medidas assecuratórias, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O sequestro será levantado se a ação penal não for intentada no prazo de sessenta dias, contado da data em que ficar concluída a diligência.

ESMESC

- b) Caberá ao Ministério Público promover a hipoteca legal e o arresto se o ofendido for pobre e o requerer.
- c) A medida assecuratória de sequestro é cabível em bens móveis.
- d) O juiz determinará a alienação antecipada dos bens quando houver dificuldade para sua manutenção.
- e) A hipoteca legal sobre os imóveis do indiciado poderá ser requerida pelo ofendido em qualquer fase do processo, mesmo que não haja certeza da infração e indícios suficientes da autoria.

2ª ETAPA DIREITO

1. Júlio César, investidor imobiliário, adquiriu em leilão judicial um imóvel situado na comarca de seu domicílio, tendo o ato jurídico sido concluído com a expedição da carta de arrematação, levada a registro, a tempo e modo, perante o Registro de Imóveis competente. O imóvel arrematado, todavia, havia sido locado anteriormente pelo antigo proprietário, Marco Antônio, a Nero da Silva, casado com Aurélia Cota (regime da comunhão universal de bens), o que foi feito mediante contrato por prazo inicial de 36 meses, mas que foi prorrogado e se encontra, agora, por prazo indeterminado, e que foi firmado apenas com o varão (pacto que, aliás, não foi averbado na matrícula do imóvel). Júlio César, desinteressado na manutenção da relação locatícia, porque investidor, procedeu à notificação de Nero da Silva, denunciando o contrato e comunicando do prazo de 90 dias para desocupação do imóvel locado. Nero da Silva e Aurélia Cota, por sua vez, procederam à contranotificação de Júlio César, noticiando que não desocupariam o imóvel, uma vez que o contrato foi firmado com Marco Antônio, tendo o direito de, segundo sustentam, manter a posse direta do bem imóvel locado, anunciando inclusive já terem deflagrado demanda para ver anulada a alienação judicial do imóvel em tela. Assentadas essas premissas fáticas, responda(em até 200 palavras, no todo):

- a) No caso em tela, e diante do alegado pelos locatários do imóvel, possui Júlio César legitimidade para buscar a desocupação do imóvel locado? Explique.

Caminho da resposta:

Sim, possui o arrematante legitimidade para buscar a desocupação do imóvel, uma vez que a arrematação é forma de aquisição da propriedade. Desse modo, promovido o registro do título, é Júlio César proprietário do imóvel (art. 1.245 do CC), sub-rogando-se em todos os direitos/deveres do contrato de locação firmado anteriormente com Nero da Silva, pouco importando, no caso, o fato de os locatários terem unicamente deflagrado alguma ação a respeito (art. 1.245, parágrafo segundo, do CC).

Nesse sentido, do STJ: “(...) aperfeiçoada a arrematação, com a assinatura do auto, resta materializada causa de transferência da propriedade com todos os direitos que lhe são inerentes, ressalvados aqueles que dependem, por lei, de forma especial para aquisição, de forma que o adquirente do imóvel sub-roga-se nos direitos decorrentes do contrato de locação relativo ao bem imóvel arrematado” (STJ, REsp 833.036/SP, Rel. Ministra Laurita Vaz, Quinta Turma, julgado em 18/11/2010, DJe 28/3/2011).

- b) Na hipótese descrita, tendo em conta que o arrematante adquiriu a propriedade do imóvel mencionado, Júlio César poderia ingressar com ação de imissão de posse para efetivar a desocupação do imóvel arrematado e que se encontra locado? Explique, indicando inclusive, se for o caso, qual seria então a demanda a ser deflagrada pelo arrematante.

Caminho da resposta:

Não. Considerando que Nero da Silva e Aurélia Cota ocupam o imóvel arrematado por força de contrato de locação firmado com o antigo proprietário, não seria possível Júlio César demandar a retomada do imóvel por meio de ação de imissão de posse. Nesses casos, a única demanda possível para desocupar o imóvel anteriormente locado é a ação de despejo, consoante diz o art. 5º. da Lei de Locações, observadas as providências do art. 8º. da mesma Lei.

A propósito, do STJ:

“RECURSO ESPECIAL. LOCAÇÃO. AÇÃO DE IMISSÃO DE POSSE. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. ART. 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. BEM IMÓVEL LOCADO. ALIENAÇÃO. CONTRATO DE LOCAÇÃO. DENÚNCIA PELO ADQUIRENTE. POSSIBILIDADE. ART. 8º DA LEI Nº

8.245/1991. RETOMADA DO BEM. PRETENSÃO. AÇÃO DE DESPEJO. VIA ADEQUADA. ART. 5º DA LEI Nº 8.245/1991.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ). 2. Na origem, cuida-se de ação de imissão de posse proposta por adquirente de imóvel alugado, que pretende, após a denúncia do contrato de locação, reaver a posse direta do bem. 3. As questões controvertidas no presente recurso podem ser assim resumidas: (i) se o acórdão recorrido padece de vício de nulidade por negativa de prestação jurisdicional e (ii) qual é a via processual adequada para a retomada da posse direta pelo adquirente de imóvel objeto de contrato de locação: ação de imissão de posse ou ação de despejo. 4. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte. 5. A alienação do imóvel durante a relação locatícia não rompe a locação, que continuará tendo existência e validade, de modo que o adquirente que assume a posição do antigo proprietário tem o direito de denunciar o contrato se assim desejar ou de permanecer inerte e sub-rogar-se nos direitos e deveres do locador, dando continuidade à relação locatícia. **6. O adquirente de imóvel locado tem direito de denunciar o contrato de locação na forma do art. 8º da Lei nº 8.245, mas só poderá reaver a posse direta do imóvel mediante o ajuizamento da ação de despejo, nos termos do art. 5º da mesma lei, sob pena de malferir o direito de terceiro que regularmente ocupa o bem.** 7. **A ação adequada para reaver o imóvel em casos de aquisição de imóvel locado é a ação de despejo, não servindo para esse propósito a ação de imissão de posse.** 8. Recurso especial provido” (REsp n. 1.864.878/AM, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 30/8/2022, DJe de 5/9/2022 – destaque não consta do original)

- c) A demanda a ser proposta por Júlio César, no caso narrado, há de ser endereçada contra Nero da Silva e Aurélia Cota, por conta de litisconsórcio passivo necessário? Explique.

Caminho da resposta:

Não. A demanda de despejo é de natureza pessoal (STJ, REsp n. 1.590.902/SP, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 26/4/2016). Deste modo, considerando que o contrato de locação foi firmado apenas entre Marco Antônio e Nero da Silva, a demanda de despejo deveria ser deflagrada pelo arrematante (novo proprietário do imóvel), Júlio César, apenas contra Nero da Silva, locatário, vez que inexistente litisconsórcio passivo necessário na hipótese descrita (art. 114 do CPC).

DIREITO

2. Joana, após anos de relação conjugal, decidiu colocar fim ao casamento que tinha com Pedro, com quem possui 03 filhos. Para tanto, ajuizou ação para obter o divórcio e pensão alimentícia aos filhos comuns, além de outros pedidos correlatos. Ao ser intimado pelo oficial de Justiça, Pedro ligou para Joana e a ameaçou dizendo que, por conta disso, iria sumir, vender seus bens e contratar uma pessoa para matá-la. No entanto, Joana argumentou que não teria condições de sustentar os filhos sozinha e, diante das ameaças, aceitou o pagamento de alimentos no valor de R\$ 250,00. Ante a concordância de Joana, Pedro afirmou que se ela não cumprisse o acordo e pleiteasse algo diferente disso, ela já sabia o que lhe aconteceria. Diante disso, Joana procurou a delegacia e representou criminalmente contra Pedro.

Após o transcurso da ação penal, Pedro foi condenado pelo cometimento do crime de ameaça (art. 147 do CP, com as disposições da Lei Maria da Penha) e a magistrada, na dosimetria, elevou a pena-base no seu dobro, ao considerar que os motivos do crime mereciam maior reprovabilidade, já que a ameaça tinha por escopo fazer Joana desistir da ação por ela ajuizada com o fim legítimo de obter o divórcio e os alimentos aos filhos.

Inconformado, o réu apelou com as seguintes alegações: i) é descabida a elevação da pena com base nos motivos elencados, uma vez que os crimes ocorridos no âmbito doméstico são, em regra, motivados por questões que dizem respeito ao relacionamento, como é o caso do divórcio e dos alimentos; ii) foi desproporcional a elevação da pena no dobro, ante a presença de apenas uma circunstância desfavorável e porque deve o juiz ficar a adstrito ao aumento de 1/8 ou, no máximo, de 1/6.

ESMESC

Com base no caso acima (em até 200 palavras, no todo):

- a) Discorra acerca das fases da dosimetria da pena;
b) O recurso do réu comporta provimento? Responda justificadamente, abordando cada um dos temas do recurso.

Para a sua resposta, considere a seguinte informação:

Art. 147 - Ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave:

Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.

Parágrafo único - Somente se procede mediante representação.

Espelho de prova:

(a)	Pontos que podem ser abordados na resposta: - Individualização da pena. - Critério trifásico: i) primeira fase: circunstâncias judiciais (possível citação de quais são elas); ii) segunda fase: agravantes e atenuantes (citação de quais são + compensação); iii) causas de aumento ou de diminuição (curso de causas). - Limites em cada uma das fases	2,5
	Não.	0,5
(b)	i) A majoração da pena quanto aos motivos está justificada e deve ser mantida, tendo em vista que a intenção do agente “seria ameaçar a vítima para que ela desistisse de acioná-lo judicialmente. Tal elemento é concreto e não é ínsito ao tipo penal em questão, podendo ser sopesado como circunstância judicial desfavorável, na medida em que demonstra uma maior reprovabilidade da conduta, motivada pelo anseio de enfraquecimento e de desrespeito ao direitos conferidos à mulher pela Lei Maria da Penha.” (STJ, AgRg no HC n. 746.729/GO, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, julgado em 19/12/2022, DJe de 21/12/2022.) ii) O critério de aumento na fração de 1/8 ou 1/6, embora seja amplamente utilizado e admitido jurisprudencialmente, é mero norte ao julgador, a quem é facultado adotar aumento diverso, a partir de sua discricionariedade, contanto que haja a devida motivação a partir dos elementos concretos que denotem maior desvalor da conduta e, ainda, que a fixação se mostre razoável e proporcional. Ademais, “Na hipótese, a fundamentação adotada justifica o aumento da pena, considerando que o agravante, utilizando-se de ameaças à vida da vítima, buscava covardemente atemorizá-la para que desistisse de ajuizar ações de divórcio e de pensão alimentícia em benefícios de seus próprios filhos. Desse modo, não se mostra desproporcional o aumento da reprimenda.” (STJ, AgRg no HC n. 746.729/GO, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, julgado em 19/12/2022, DJe de 21/12/2022.)	1,5
	Uso adequado do vernáculo.	0,5
TOTAL		5,0

Fundamento da questão:

Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina

Rua dos Bambus, 116, Itacorubi, Florianópolis-SC, 88034-570, (48) 3231-3045

www.esmesc.com.br

PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. CRIME DE AMEAÇA. VIOLÊNCIA CONTRA MULHER DOSIMETRIA. VALORAÇÃO NEGATIVA DA CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL DOS MOTIVOS DO CRIME. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. AMEAÇA À EX-ESPOSA COM O OBJETIVO DE IMPEDI-LA DE ACIONAR A JUSTIÇA REQUERENDO O DIVÓRCIO E PENSÃO ALIMENTÍCIA PARA OS FILHOS DO CASAL. DESPROPORCIONALIDADE DO QUANTUM NA MAJORAÇÃO DA PENA-BASE. NÃO OCORRÊNCIA. APLICAÇÃO DO SURSIS ESPECIAL PREVISTO NO ART. 78, §2º, DO CP. IMPOSSIBILIDADE DIANTE DA NEGATIVAÇÃO DE UMA CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL. AGRAVO DESPROVIDO.

1. A individualização da pena é submetida aos elementos de convicção judiciais acerca das circunstâncias do crime, cabendo às Cortes Superiores apenas o controle da legalidade e da constitucionalidade dos critérios empregados, a fim de evitar eventuais arbitrariedades.

Assim, salvo flagrante ilegalidade, o reexame das circunstâncias judiciais e dos critérios concretos de individualização da pena mostram-se inadequados à estreita via do habeas corpus, por exigirem revolvimento probatório.

2. Hipótese em que a pena-base restou fixada acima do piso legal pela análise desfavorável dos motivos do crime. Destacou-se na sentença que o crime de ameaça ocorreu em decorrência de o agravante reprovar a conduta da vítima - sua ex-esposa, com quem conviveu por 15 anos e teve dois filhos, de ter acionado a Justiça para pôr fim ao casamento e requerer pensão alimentícia para os filhos do casal e demais direitos relativos a tal demanda. Extrai-se dos autos que a intenção do agravante seria ameaçar a vítima para que ela desistisse de acioná-lo judicialmente. Tal elemento é concreto e não é ínsito ao tipo penal em questão, podendo ser sopesado como circunstância judicial desfavorável, na medida em que demonstra uma maior reprovabilidade da conduta, motivada pelo anseio de enfraquecimento e de desrespeito aos direitos conferidos à mulher pela Lei Maria da Penha. Desta feita, devidamente motivada a exasperação das penas-base do agravante, não se constata qualquer ilegalidade a ser sanada, de ofício, nessa via.

3. Diante do silêncio do legislador, a jurisprudência e a doutrina passaram a reconhecer como critério ideal para individualização da reprimenda-base o aumento na fração de 1/8 por cada circunstância judicial negativamente valorada, a incidir sobre o intervalo de pena abstratamente estabelecido no preceito secundário do tipo penal incriminador.

4. Deveras, tratando-se de patamar meramente norteador, que busca apenas garantir a segurança jurídica e a proporcionalidade do aumento da pena, é facultado ao juiz, no exercício de sua discricionariedade motivada, adotar quantum de incremento diverso diante das peculiaridades do caso concreto e do maior desvalor do agir do réu.

5. De fato, "o Superior Tribunal de Justiça entende que o julgador não está adstrito a critérios puramente matemáticos, havendo certa discricionariedade na dosimetria da pena, vinculada aos elementos concretos constantes dos autos. No entanto, o quanto de aumento, decorrente da negativação da circunstância, deve observar os princípios da proporcionalidade, da razoabilidade, da necessidade e da suficiência à reprovação e à prevenção do crime, informadores do processo de aplicação da pena" (REsp 1599138/DF, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 11/05/2018).

6. Na hipótese, a fundamentação adotada justifica o aumento da pena, considerando que o agravante, utilizando-se de ameaças à vida da vítima, buscava covardemente atemorizá-la para que desistisse de ajuizar ações de divórcio e de pensão alimentícia em benefícios de seus próprios filhos. Desse modo, não se mostra desproporcional o aumento da reprimenda.

7. Diante da negativação dos motivos do delito, inviável a concessão do sursis nos termos do art. 78, §2º, do Código Penal.

8. O sursis é instituto de política criminal, que permite ao condenado cumprir a pena que lhe fora imposta de forma menos gravosa, somente se assim o desejar, ou seja, caso a Defesa técnica considere desproporcional a condição imposta pelo Juiz singular, poderá instruir seu assistido a não aceitar o aludido benefício, cumprindo regularmente a pena privativa de liberdade a ele imposta.

9. Agravo desprovido.

(AgRg no HC n. 746.729/GO, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, julgado em 19/12/2022, DJe de 21/12/2022.)